

- 4- Garantia de renda – iniciar as tratativas para o desenvolvimento e implementação de uma nova política de sustentação de renda na agricultura familiar, nos moldes de um seguro de renda, de caráter permanente e contínuo.
- 5- Mercados institucionais – garantir a ampliação do orçamento do PAA para R\$ 2 bilhões até 2014, buscando a inclusão de um número maior de famílias participantes, principalmente das comunidades tradicionais e dos assentados pelo reforma agrária. No âmbito do PNAE, intensificar a vigilância sobre os Governos Municipais que não cumprem com o disposto em Lei, deixando de adquirir o mínimo de 30% dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.

- 6- Comercialização – resolver definitivamente as questões que impedem a implementação do SUASA adaptado e adequado às condições da agricultura familiar. Nos últimos três Planos Safra, são anunciadas medidas que não são implementadas efetivamente. Este é um tema central para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, na busca pela sua autonomia financeira e sustentabilidade econômica.



Ministro Pepe Vargas e Padre João na primeira mesa do seminário


Dep. Padre João
Coordenador do Núcleo Agrário

Escritório de BH:

Rua Rio Negro, 347 | Prado | Cep.: 30411-208 |
BH/MG | Telefones: (31) 2511.9810 | 2511.9808
(31) 2511.9804 Fax: 2511.5715

Gabinete de Brasília:

Câmara dos Deputados | Anexo 4 | 7º Andar |
Gabinete 743 Cep.: 70160-900 | Brasília/DF |
Telefone: (61) 3215.5743 | Fax: (61) 3215.2743

www.padrejoao.com.br

 facebook.com/padrejoao

 twitter.com/dep_padrejoao

 youtube.com/deppadrejoao

 E-mail: dep.padrejoao@camara.gov.br



Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores

Câmara dos Deputados



O Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados realizou, nos dias 10 e 11 de abril, o **Seminário “10 anos de Políticas para Agricultura Familiar – Avanços e Desafios”**, que teve por objetivos:

- 1- Analisar os avanços das políticas públicas para a agricultura familiar nestes 10 (dez) últimos anos de governo e 17 (dezesete) anos de PRONAF.



Painel Limites das atuais políticas e os desafios para novos avanços nas políticas para a agricultura familiar

- 2- Discutir os limites das atuais políticas e os desafios para novos avanços nas políticas para a agricultura familiar.

- 3- Indicar propostas legislativas e sugestões a serem encaminhadas no Congresso Nacional e junto ao Poder Executivo relacionadas à agricultura familiar.

Contando com a participação de mais de 140 pessoas, representantes dos movimentos sociais rurais, pesquisadores e de diversas áreas do Governo Federal, o Seminário propiciou um amplo e diversificado debate acerca das políticas públicas para a agricultura familiar.

Como ponto de partida, registraram-se as avaliações gerais sobre o ciclo de 10 anos de Governo Federal do Partido dos Trabalhadores e as principais iniciativas adotadas enquanto políticas para o meio rural.

Há um reconhecimento unânime de que processo histórico de construção das políticas agrícolas para os agricultores familiares e camponeses foi exitoso. Entre os principais pontos mencionados, incluem: a) reconhecimento do Pronaf como política resultante de propostas concebidas pelos movimentos sociais rurais e acolhida pelo Governo Federal, b) elevação significativa dos recursos financeiros disponibilizados nos últimos 10 anos, c) criação de linhas de crédito focadas em públicos específicos (jovem, mulher, ecologia, etc.), d) criação do SEAF, PAA e PNAE, e) reestruturação da ATER, entre outras.

Foram identificados, no entanto, limites na implementação dessas políticas, que nos levam a apontar como principais temas a serem tratados no âmbito do Governo Federal e, sendo possíveis, de solução já no próximo Plano Safra da Agricultura Familiar, as seguintes proposições, emanadas no Seminário supracitado.

- 1- Assentamento imediato de 160 mil famílias acampadas – cabe urgência na solução desse contingente de famílias acampadas e à espera da definição da criação das novas áreas de assentamentos rurais. Inúmeros relatos indicam para acampamentos que estão há muitos anos aguardando a definição sobre o assentamento de suas famílias. Entendemos que esta medida contribui para a minimização dos conflitos fundiários, para a dignidade das famílias acampadas e para o processo de reforma agrária no Brasil.



Debate com os participantes do seminário

- 2- Ajustes e Inovações no Pronaf – faz-se urgente a realização de ajustes no Pronaf, que deem facilidades no acesso aos agricultores que utilizam sistemas agroecológicos de produção e maior participação de jovens e mulheres. Também é necessário combater as práticas vinculantes da concessão do crédito aos insumos químicos, fator de indução do envenenamento dos trabalhadores rurais e dos alimentos produzidos. Como inovação no Pronaf, que se iniciem as tratativas para modelos desbancarizados de apoio financeiro à agricultura familiar e uma nova sistemática de crédito rural para os assentados pela reforma agrária.
- 3- ATER – garantir que a nova entidade nacional de ATER, anunciada pela Presidenta Dilma, fique sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atuar fortemente para a ampliação dos recursos orçamentários da ATER, de modo a propiciar o maior número de agricultores familiares recebendo os serviços